

# CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA OBRA *O CAPITAL* DE KARL MARX NO QUE TANGE À MERCADORIA, VALOR E TRABALHO

## CONSIDER WORK AROUND THE CAPITAL OF KARL MARX REGARDING GOODS, VALUE AND WORK

Evandro José Machado\*

**Resumo:** O trabalho é uma determinação natural do homem, porque tem como finalidade a transformação da natureza segundo as necessidades basilares dos próprios homens. Os capitalistas alteraram esta ordem específica e passaram a ver na ação trabalhista apenas uma forma de valorização exacerbada da mercadoria. Na obra "*O Capital*", Karl Marx representa essa transição a partir de uma tríade: mercadoria, trabalho e valor. Para ele, estes elementos devem ser analisados sob dois aspectos: o valor de uso (estágio natural do valor da mercadoria) e o valor de troca (estágio modificado do valor da mercadoria). Na ordem natural, a mercadoria é trocada em equivalência ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (valor). Na esfera capitalista, a mercadoria foge à ordem natural e se torna em fonte de exploração dos trabalhadores. Desse modo, o objetivo deste artigo é mostrar como a teoria natural do trabalho é modificada em um instrumento proeminente de exploração (mais-valia). A competição entre os capitalistas, para dominar a mais-valia, leva à formação de uma taxa generalizada de lucro e, portanto, a uma modificação da natureza da mercadoria, trabalho e valor.

**Palavras-chave:** Mercadoria, Valor, Trabalho, O Capital, Karl Marx

**Abstract:** Working is a natural determination of human being, because it aims the transformation of nature according to the basic needs of men themselves. Capitalists changed this particular order and came to see labor just as a form of heightened appreciation of commodities. In his book "*Capital*", Karl Marx represents this transition from a triad: commodity, labor and value. In his conception, these elements must be analyzed from two aspects: use value (commodity's value natural stage) and exchange value (commodity's value changed stage). In natural order, commodity is exchanged according to the equivalent working time socially necessary for its production (value). In the capitalist sphere, commodities deviates natural order and becomes a source of workers' exploitation. Thus, this article's objective is to show how the theory of natural work is modified in a prominent instrument of exploitation (more-value). The competition among capitalists, to master more-value, leads to the formation of a general rate of profit and, therefore, a change in the nature of commodity, labor and value.

**Key-words:** Commodity, Value, Labor, Capital, Karl Marx

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Toledo. E-mail: machadinho27@hotmail.com

## 1 CONSIDERAÇÕES PROPEDEÚTICAS

"*O Capital*" é o marco supremo da conquista intelectual de Karl Marx, o centro da obra de sua vida. A finalidade da primeira parte da sua obra<sup>1</sup>, pontuada no Prefácio ao Volume I, nas palavras de Marx é: "expor, com a maior clareza possível, o que concerne especialmente à análise da substância e da magnitude do valor. A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples" (1980, p. 04). Ainda, segundo Marx, pensadores econômicos anteriores a ele haviam captado um ou outro aspecto do funcionamento do capitalismo, o que fez com que ele procurasse entender a máquina capitalista como um todo, um organismo integral. Coerente com o método de análise e concepção de história, Marx analisou o sistema capitalista não como o fim da história, como a forma de sociedade equivalente à natureza humana, mas como um modo de cultivo historicamente temporário cujas incoerências internas o levariam ao colapso universal.

A partir deste cenário é possível constatar o porquê Marx seja, hodiernamente, estudado e discutido com tamanha intensidade. Seu pensamento e sua forma de olhar a sociedade real marcaram época e, àquele que não é propenso à sondagem metafísica<sup>2</sup>, Marx se coloca como um expoente de máxima credibilidade<sup>3</sup>.

Marx trata na primeira parte do "*O Capital*" da noção de mercadoria, trabalho e valor<sup>4</sup>. Esta se embasa sob dois aspectos: o valor de uso e o valor de troca, segundo a qual as mercadorias (produtos vendidos no mercado) são trocadas em equivalência ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Desse modo, a intenção deste trabalho é mostrar como essa teoria ressalta a abordagem de Marx da exploração capitalista, pois é a mais-valia, fonte de exploração dos trabalhadores, o local de onde se

---

<sup>1</sup> Para execução deste trabalho, utilizamos duas edições da obra "*O Capital*". A primeira delas é: MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Volume I). E a segunda é: MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 5.ed. Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

<sup>2</sup> Estamos fazendo referência à metafísica tradicional (Aristóteles e Tomás de Aquino, especialmente).

<sup>3</sup> "O pensador alemão esteve inserido neste universo jornalístico ao mesmo tempo em que se dedicava à atividade especulativa e científica pela qual conquistou espaço e obteve renome chegando no ponto de se tornar uma leitura indispensável, desde a sua época, para quem se preocupa com os problemas relacionados à órbita da sociedade civilizada, sobretudo no plano moral e político" (ESPÍNDOLA, 2008, p. 156).

<sup>4</sup> De acordo com Engels, no Prefácio do Segundo Volume de "*O Capital*", "Marx investigou, então, a relação entre mercadoria e dinheiro e demonstrou como e por que, por força da propriedade de valor que lhe é imanente a mercadoria e o intercâmbio de mercadorias necessariamente têm de produzir a antítese entre mercadoria e dinheiro, sua teoria do dinheiro, assim fundamentada, é a primeira exaustiva e, agora, tacitamente aceita em geral" (1983, p. 15).

originam os lucros sobre os quais o capitalismo, enquanto um sistema econômico, se alicerça. Além disso, a competição entre capitais, sejam os sujeitos capitalistas ou empresas (cada um tentando dominar a maior porção da mais-valia), leva à formação de uma taxa generalizada de lucro e, portanto, a uma modificação na natureza da mercadoria, trabalho e valor.

## **2 CONSIDERAÇÕES NA OBRA *O CAPITAL DE KARL MARX* NO QUE TANGE À MERCADORIA, VALOR E TRABALHO**

“*O Capital*”, obra escrita por Karl Marx, tem como finalidade auxiliar o proletariado com os subsídios teóricos necessários em vista da transformação do mundo. Marx inicia sua célebre obra com a descrição e a análise do termo mercadoria, segundo o qual “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (MARX, 1988, p. 45). A mercadoria sempre é um elemento externo ao sujeito, com raríssimas exceções o esquema mercantil produzirá mercadorias idôneas à interioridade do consumidor. Por conta disso, a mercadoria tem por objetivo o ato de sanar as necessidades humanas, sejam provenientes do estômago ou da fantasia, mas que se manifestam no exterior de uma determinada sociedade de consumo.

Toda e qualquer sociedade humana tem como base da sua existência o processo de trabalho. São inúmeros seres humanos cooperando entre si para fazer uso das forças da natureza, para sanar as necessidades próprias e coletivas. Para Marx, o produto do trabalho deve, primeiramente, responder a algumas necessidades básicas dos homens, em outras palavras, o produto do trabalho deve ser útil. Para esta determinada ação do homem, diante do produto do trabalho, Marx denomina-a de valor de uso. Ou seja, o valor de uso de qualquer produto do trabalho humano, em primeira instância, se alicerça em ser útil para alguém. A necessidade humana a ser satisfeita por um valor de uso, não precisa, necessariamente, ser física. Um livro, por exemplo, é um valor de uso, dado que as pessoas necessitam da leitura. Da mesma forma, as necessidades que os valores de uso satisfazem podem seguir caminhos não tão virtuosos, como, por exemplo, a pistola de um marginal que tem um valor de uso tanto quanto um livro de Dostoiévski.

Sob as diretrizes do capitalismo, os produtos do trabalho humano tomam a forma de mercadorias. Estas mercadorias, por sua vez, não têm simplesmente um valor de uso,

mas existem para alimentar o movimento próprio do mercado consumista. Assim, mercadorias são feitas não para serem consumidas diretamente pelo homem, mas para serem comercializadas no mercado e trocadas por dinheiro<sup>5</sup>. A produção das mercadorias existe com a finalidade da troca, o que vem agregar à mercadoria a noção de valor de troca. A partir desta distorção conceitual e da realidade, Marx assevera que o termo mercadoria passa a ter um duplo valor de significância, além do valor de uso, existe o valor troca. Em relação ao valor de uso percebe-se que:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem a mesma. [...]. Esse caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre uma determinação quantitativa [...]. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta (MARX, 1988, p. 46).

O valor de uso de uma mercadoria (como, por exemplo, sessenta quilos de soja, quinze quilos de carne suína, um óculos de grau) fundamenta-se na qualidade inerente de determinada mercadoria, que, precisamente em função de sua qualidade específica, satisfaz mais a uma necessidade humana do que a outra. Não raro, visualizam-se no mercado as muitas mercadorias, diferentes entre si, que são trocadas como se equivalessem<sup>6</sup> umas às outras (como, por exemplo, vinte quilos de trigo por vinte quilos de carne). A questão que emana deste cenário é a seguinte: o que há de comum entre as duas mercadorias diferentes que viabilizam a troca mútua? Segundo Marx, o que elas apresentam de comum é o que se chama de valor de troca, que nada mais é do que algo de idêntico existente em mercadorias diferentes, que as tornam passíveis de troca em dadas proporções mais do que em outras. Além do mais:

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra

---

<sup>5</sup> Visando a praticidade das trocas, a troca direta (de um determinado produto por outro que correspondesse ao seu valor de troca) foi substituída pela moeda (dinheiro). Entretanto, seja por meio da troca direta ou da moeda, uma determinada mercadoria, em hipótese alguma, pode ser trocada por outro objeto se a quantidade de tempo para a produção deste não for equivalente ao tempo para a produção daquele. Este cenário parece indicar que o intercâmbio de mercadorias não é tanto uma relação mútua entre coisas e sim uma relação entre produtores, entre homens com interesses e perspectivas distintas e portadores de mundos subjetivos diferentes.

<sup>6</sup> “Por outro lado, essa outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode ao mesmo tempo encontrar-se em forma relativa de valor. Não é ela que expressa seu valor. Ela fornece apenas material à expressão do valor de outra mercadoria. [...]. A mesma mercadoria não pode, portanto, aparecer, ao mesmo tempo, sob ambas as formas na mesma expressão de valor. Essas formas antes excluem-se polarmente” (MARX, 1988, p. 54-55).

valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (MARX, 1988, p. 46).

O valor de troca de uma determinada mercadoria é medido “por meio da ‘substância constituidora do valor’, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc” (MARX, 1988, p. 47). Para um valor de uso ser exatamente um valor de uso, este tem que satisfazer algumas necessidades humanas específicas. Se o homem tem vontade de ler, uma macarronada não poderá sanar a sua necessidade. Contrário a isso, o valor de troca de uma mercadoria é simplesmente a quantidade determinada pela qual será trocado por outras mercadorias. Os valores de troca refletem mais o que as mercadorias têm em comum entre si, do que suas qualidades específicas.

A crítica de Marx ressalta que o valor de qualquer produto na sociedade capitalista depende do seu valor de uso e não mais de suas qualidades ontológicas. O que entra em questão é quanto de um produto pode ser trocado por outro sem que nenhum dos produtores saia prejudicado. Marx não está se debruçando na análise esmiuçada da particularidade ou da subjetividade daquele que produz a mercadoria, e nem no individual existencial, senão que a sua preocupação está calcada na investigação, a partir de um cálculo médio entre os singulares, do trabalhador e do seu trabalho. Conforme Marx:

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho (1988, p. 48).

Este é o caminho que conduz Marx a constatar que:

É, portanto, apenas um quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm,

portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra (MARX, 1988, p. 48).

O valor de troca de uma mercadoria é dado pelo seu trabalho social necessário para produzi-la, isso faz com que o trabalho (a força de trabalho empregada pelo trabalhador na produção de uma mercadoria) também se torne mercadoria. O proprietário da força de trabalho (o proletário) vende ao mercado, em troca do salário, os seus serviços. Quem compra esta força de trabalho do proletário é o capitalista (proprietário do capital) que, segundo seus interesses, paga ‘justamente’, por meio do salário, a mercadoria (força de trabalho) que adquire do proletário.<sup>7</sup>

Diante desta afirmação de Marx<sup>8</sup>, seríamos levados a pensar que quanto mais preguiçoso fosse o homem, mais alto valor teria a mercadoria produzida por ele, pois o tempo utilizado para sua produção seria maior. Tal conclusão objetiva um grande equívoco, de sorte que “a força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalhos individuais” (MARX, 1988, p. 48). Os diferentes produtos podem ser trocados entre si porque possuem idêntica quantidade de trabalho humano em geral.

Este sistema Marx chama de produção generalizada de mercadoria. Os produtores estão ligados entre si somente pelo intercâmbio de seus produtos. O trabalho social concreto era diretamente trabalho social. Onde a produção era para o uso dos homens em sociedade, para satisfazer algumas necessidades específicas, seu papel social era óbvio. Onde a produção é destinada para a troca, contudo, não há uma conexão necessária entre o trabalho útil realizado por um produtor particular e as necessidades da sociedade. Para verificar se os produtos de uma fábrica específica atendem algumas necessidades sociais é preciso que estes vão para o mercado, somente posterior de eles terem sido colocados à venda no mercado é que se saberá se foram úteis a uma determinada demanda de pessoas ou não. Se ninguém quiser comprar estes produtos, então o trabalho que os produziu não era trabalho social, ao passo que, se a

---

<sup>7</sup> O capitalista paga segundo o valor que tal mercadoria tem, valor que é dado (como qualquer outra mercadoria) pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la, isto é, pelo valor das coisas necessárias para manter com vida o trabalhador e sua família (proletários).

<sup>8</sup> Para o leitor despercebido de Karl Marx, os equívocos e as conclusões inválidas são fortes aliados, ainda mais quando frente a um argumento de tal consistência. Facilmente poderíamos tomar o valor da mercadoria pela mesma igualdade de tempo gasto para sua confecção. Assim, valor de mercadoria é uniforme ao tempo de trabalho utilizado para sua produção. À primeira vista, esse argumento expressa justamente isso, contudo, Marx não está se referindo ao tempo de trabalho subjetivo senão ao socialmente necessário à produção.

procura por este produto for significativa, o trabalho que o produziu é tido como trabalho social.

Há um segundo aspecto no qual há uma diferença entre o trabalho social e trabalho privado no capitalismo. Fabricantes de um mesmo produto irão competir pelo mesmo mercado. Seu relativo sucesso dependerá em como possam vender seus produtos por um menor preço. A pressão da concorrência força os produtores a adotarem métodos de produção similares aos dos seus rivais, visto que são levados a nivelarem o seu processo produtivo a fim de rebaixarem seus preços para poderem competir e não serem extirpados do mercado. Consequentemente o preço das mercadorias é determinado não pela quantidade total de trabalho usada para produzi-las, mas sim pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Somente o trabalho socialmente necessário é trabalho social.

Assim, trabalho social abstrato é não apenas um conceito, algo que existe somente nas mentes humanas, mas ele existe como algo que domina a vida das pessoas. O trabalho privado é útil somente quando se torna trabalho social e, para isso, é necessário que o seu produto tenha sido vendido (necessário à vida dos homens e ao andamento da sociedade). A fim de que ocorra a troca entre mercadorias, deve haver algum modo de avaliar o quanto de trabalho socialmente necessário está contido em cada mercadoria produzida. Mas, conforme Marx, a sociedade não pode fazer isso coletivamente, porque o capitalismo é um sistema no qual os produtores relacionam-se uns com os outros somente através de seus produtos.

A solução é que uma mercadoria assuma o papel de equivalente universal, segundo a qual todas as outras mercadorias possam ser comparadas. Quando uma mercadoria particular fixa-se no papel de equivalente universal, ela se torna dinheiro. Assim o capitalismo é um sistema econômico onde os produtores individuais não sabem, a priori, se os seus produtos serão úteis à sociedade ou não. Eles podem descobrir somente tentando vender esses produtos como mercadorias no mercado. A concorrência entre produtores que procuram ganhar mercado, vendendo a preços diferenciados, às vezes com valor inferior, reduz os seus diferentes trabalhos a uma medida, igualmente inferior. Onde a oferta de uma mercadoria excede a sua demanda, seu preço cairá, e os produtores irão mudar para outras atividades econômicas mais lucrativas. É desse modo, e somente indiretamente, que o trabalho social é distribuído entre diferentes ramos de produção.

Com efeito, tendo comprado a força de trabalho do proletário, o possuidor dos meios de produção tem o direito de consumi-la como bem entender. Se o detentor dos meios de produção determinar ao proletário uma carga horária de trabalho equivalente a 8, por exemplo, mas em apenas 6 horas (tempo de trabalho estimado como ‘necessário’) o trabalhador criar uma quantidade de produtos suficientes para cobrir as despesas com sua própria manutenção, o tempo restante (2 horas) é de ‘posse’ do capitalista. Assim sendo, este período de duas horas remanescentes (tempo de trabalho estimado como ‘suplementar’) servirá para o operário produzir mercadorias que o capitalista não pagará por elas. E é justamente isso que o dono dos meios de produção deseja, certo que o seu capital crescerá à custa de mão de obra quase sem remuneração.

Esse produto suplementar, que não é remunerado pelo dono dos meios de produção ao operário, é a mais-valia. Nas palavras de Marx:

A mais-valia é, primeiro, um excedente do valor da mercadoria sobre seu preço de custo. Como, porém, o preço de custo é igual ao valor do capital despendido, em cujos elementos materiais ele também é constantemente retransformado, então esse excedente de valor é um acréscimo de valor do capital despendido na produção da mercadoria e que retorna de sua circulação (1988, p. 26).

Além disso, a mais-valia se caracteriza ainda por ser:

Um acréscimo não só da parte do capital adiantado que entra no processo de valorização, mas também da parte que não entra nele; portanto, um acréscimo de valor não só do capital despendido, que é repostado a partir do preço de custo da mercadoria, mas do capital empregado de modo geral na produção (1988, p. 26).

Com isso, o capitalista enriquece logrando não o comprador da mercadoria, mas sim o vendedor dela (o dono do trabalho que não é recompensado de forma justa ao seu trabalho), pois é justamente sobre o valor excedente de horas de trabalho (que não são pagas) que o capitalista amontoa a sua riqueza. Tal realidade faz da força de trabalho humano uma mercadoria inteiramente especial em relação às outras, de sorte que ela (o proletário) traz em seu bojo tanto o valor próprio de uso quanto a propriedade peculiar de ser fonte de valor. Ou seja, aquela mercadoria que é força de trabalho (proletário) não somente tem o seu valor, como também tem a propriedade de produzir valor. Segundo Marx:



A existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade específica produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (1988, p. 50).

A partir deste fragmento de Marx, é possível observar a confluência de dois elementos, a saber, a matéria fornecida pela natureza (seja ela qual for) e o trabalho do homem que visa modificar os elementos da natureza, em decorrência disso se obterá o valor de uso de determinada mercadoria. “Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias” (MARX, 1988, p. 51). Em ordem natural cabe ao homem, portanto, apenas produzir certa mercadoria em ordem orgânica à substância da coisa, o que ratifica a procedência e a ação trabalhista transformadora do homem somente nas propriedades formais da matéria.

A transformação da natureza em algo que vise sanar a necessidade do homem se dá por meio do trabalho do operário. Nesta medida, o trabalho nada mais é do que uma determinação natural da própria essência do ser humano, além do mais, é a própria transformação da natureza de acordo com certas finalidades impostas pelas circunstâncias delineadoras do espaço e do tempo.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtores de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1988, p. 71).

O que leva a constatar que determinado objeto ‘X’ não passa da natureza transformada segundo a necessidade de satisfação de uma condição humana. Contrário ao princípio preconizado por Aristóteles e toda a tradição posterior, de acordo com Marx, o que faz com que o homem seja homem e não um cachorro, além da atitude deliberativa, da vontade, do desejo, da liberdade, da cultura, da linguagem, é o fato do homem ser um trabalhador e transformador da natureza em benefício da própria subsistência. Abortando, assim, o elemento que imperou por anos na história, segundo qual o homem é o que é tão e somente por motivo da sua substância racional.

Os capitalistas fogem a esta análise específica da realidade natural do trabalho e apontam para ação trabalhista do homem apenas como uma forma de valorizar o valor. Por conta disso, os capitalistas não organizam os meios naturais em vista de uma necessidade substancial e coletiva, mas sim em busca de uma arrecadação cada vez maior de acúmulo de dinheiro. Dessa forma, os próprios donos dos meios de produção passam a ser escravos da máquina capitalista.

Marx afirma que todas as mercadorias têm um valor, do qual o valor de troca é simplesmente o seu reflexo. O valor de troca representa o custo de produção de uma mercadoria à sociedade. Pelo fato de que a força de trabalho é a força motriz da produção, esse custo só pode ser medido pela quantidade de trabalho que foi atribuído à mercadoria. Contudo, por trabalho Marx não se refere ao tipo particular e real, mas ao modo abstrato do trabalho real. Isso leva a crer que Marx não estava interessado especialmente em preços de mercado, visto que a sua meta era entender o capitalismo como uma forma de sociedade historicamente específica e descobrir o que fez e o que faz o capitalismo diferente das formas anteriores de sociedade.

Parece ser verdade que Marx não queria saber em que medida o trabalho formava o valor de troca das mercadorias, mas em que forma o trabalho realizava essa função e o motivo pelo qual o capitalismo produzia mercadorias para o mercado e não produtos para uso direto dos homens, a exemplo das sociedades anteriores. Para tentar elucidar esta questão, basta tomar o conceito de trabalho em sentido duplo, ou seja, o conceito de trabalho surge com uma atividade social e cooperativa. Isto é verdade não apenas no que toca a tipos particulares de trabalho, mas para a sociedade como um todo.

O trabalho de cada indivíduo ou grupo de indivíduos é trabalho social no sentido de que contribui para as necessidades vigentes da sociedade. Essas necessidades exigem as mais diversas produções e formas de trabalho (isso porque as necessidades humanas, em sociedade, são muitas), dado que se a produção fosse destinada somente à satisfação de grupo de pessoas, logo a sociedade entraria em colapso. Cada sociedade, portanto, necessita de alguns meios para distribuir o trabalho social entre diferentes atividades produtivas.

Mas, consoante a Marx, existe uma diferença fundamental entre o modo de produção capitalista e outros modos de produção, historicamente conhecidos. O capitalismo possui mecanismos, por meio dos quais, a sociedade não pode decidir coletivamente o quanto de seu trabalho será direcionado a tarefas particulares. O que resta à sociedade é a adequação a esta forma de administração imposta pelo capitalismo.

Para entender porque isso acontece de tal forma, é necessário visualizar os modos de produção pré-capitalistas, onde o objetivo da atividade econômica era primeiramente a produção de valores de uso, e cada comunidade podia satisfazer todas ou a maior parte de suas necessidades a partir do trabalho dos seus membros.<sup>9</sup>

No diz respeito à origem da sociedade burguesa, de acordo com Marx e Engels, “A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes” (1987, p. 75). Isso remonta aos primórdios da humanidade quando, devidamente separada em classe, concomitante à gênese do homem em sociedade, passou a existir a disputa entre aquele homem que deveria mandar e aquele homem que deveria obedecer. As lutas de classe estão presentes desde o surgimento das primeiras aglomerações de homens em torno de objetivos legais específicos, contudo, “Dos servos da Idade Média nasceram os cidadãos livres dos burgos, das primeiras cidades; desta população urbana saíram os primeiros elementos da burguesia” (MARX; ENGELS, 1987, p. 76). Desta maneira a história segue o seu percurso natural ou acidental até a contemporaneidade.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada: uma guerra que sempre terminou ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das classes de luta (MARX; ENGELS, 1987, p. 76).

O sistema capitalista e a sociedade burguesa, ambos são efeitos dos destroços do sistema feudal, não eliminaram com a noção histórica da opressão natural que assombra a humanidade desde o surgimento. Ao contrário, fazem questão de fomentar cada vez mais este movimento qualificador e tão evidentemente díspar entre as classes sociais. Para Marx e Engels, tal realidade se empreende da seguinte maneira:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado (1987, p. 76).

---

<sup>9</sup> Cf. Introdução ao Capital de Karl Marx. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>> Acesso em 26 de maio de 2009.

Ainda na Idade Média, no caso do escravismo e do feudalismo, os dois modos de produção estavam baseados na exploração de classe. A massa da produção estava voltada inteiramente para satisfazer as necessidades dos produtores e da classe exploradora. A questão principal não é o que é produzido, mas sim a divisão do produto social entre exploradores e explorados. Em contrapartida, no capitalismo as coisas são muito diferentes. O desenvolvimento da divisão de trabalho significa que a produção em cada local de trabalho é agora altamente especializada e separada dos outros locais de trabalho: cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção. Um trabalhador produz carros não para comê-los, mas para vendê-los e ganhar por isso. Portanto, os produtores são interdependentes em dois sentidos. Em primeiro lugar, eles precisam cada um dos produtos dos outros. Em segundo lugar, eles também precisam uns dos outros como compradores de seus produtos para que eles possam obter o dinheiro com o qual compram aquilo que precisam. Dessa forma:

Os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos (MARX; ENGELS, 1987, p. 77).

Além do mais “A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina” (MARX; ENGELS, 1987, p. 77). Conclui-se “que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção de troca” (MARX; ENGELS, 1987, p. 77) e que esta está se encaminhando para a falência geral.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término deste trabalho, as palavras de Karl Marx expressam de forma satisfatória o sentimento patente: “À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (1988, p. 70), adjacente a tal realidade, surge o acúmulo de riqueza como conseqüência desejável para os donos de grandes quantidades de mercadorias. A riqueza constitui um sério risco à vida humana, pois as suas

veementes tentações nunca cessam de perturbar as inúmeras relações do homem contemporâneo. O homem deve estar seguro da sua eterna missão, cuja finalidade da sua existência remonta ao trabalho como elemento viabilizador da sua dignidade.

O modo como age e produz o sistema capitalista ilustra a tese geral de Marx. Segundo ele, a realidade é dialética porque contém incoerências dentro de si. De um lado existe a mudança tecnológica, a introdução de novos métodos de produção, e isso faz parte da própria existência do capitalismo. Além disso, pressão exercida pela concorrência constringe aos capitalistas a inovarem paulatinamente os seus meios de enriquecimento, e desse modo a ampliar as forças de produção. Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo leva inevitavelmente a crises e a colapsos internos.

O capitalista sente uma vontade incontrolável por mais trabalho mal remunerado. Tal sentimento brota das necessidades de se equiparar aos aperfeiçoamentos técnicos de seus concorrentes, igualmente burgueses, ou então decretar a falência de seu capital. Em contrapartida, no curso da história, o senhor feudal, por exemplo, se mostrou contente com aquilo que recebia, pois tal quantia era suficiente para pagar a renda de seus camponeses, para sustentar a ele próprio, sua família e seus empregados, dentro do estilo de vida ao qual estavam acostumados. Isso leva a crer que a burguesia existe somente com o objetivo constante e ininterrupto de modificar os meios de produção e com isso todas as relações sociais de um determinado espaço e tempo.

A análise marxista do valor e da mercadoria está direcionada ao que faz do capitalismo uma forma de produção social única. Assim que “*O Capital*” foi publicado, economistas burgueses contestaram a tese de Marx afirmando que a abordagem do valor não prova que as mercadorias são realmente trocadas em proporção ao tempo de trabalho socialmente necessário exigido para produzi-las.

Marx considerava que o método científico correto para análise do valor e do trabalho, no interior da sociedade capitalista, era o de elevar-se das realidades abstratas às concretas. Segundo Marx, “é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios” (1980, p. 04). Foi justamente isso que Marx fez, ele começou por estabelecer a teoria da mercadoria, valor e trabalho até chegar à análise das conjecturas do sistema econômico. Contudo, este é somente o ponto de partida de sua investigação. Portanto, Marx avança,

paulatinamente, a fim de mostrar como o comportamento complexo e constantemente desordenado da economia capitalista pode ser entendido a partir da teoria da mercadoria, valor e trabalho, e somente a partir dela, e como isso pode gerar o colapso completo da sociedade capitalista<sup>10</sup>.

#### **4 Referências**

ESPÍNDOLA, Arlei de. *Ensaio de leitura de escritos filosóficos clássicos em torno da reflexão ética e política*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008.

CALLINICOS, Alex. *Introdução ao Capital de Karl Marx*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>> Acesso em 26 de maio de 2009.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Trad. de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital*. 5.ed. Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Volume I).

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Volume II).

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Volume IV).

\_\_\_\_\_. *Os economistas. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. A economia vulgar*. Tradução de Edgard Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 6.ed. São Paulo: Global, 1987.

***Artigo recebido em: 02/12/09***  
***Aceito em: 27/02/10***

---

<sup>10</sup> Embora, hoje, possamos observar a sobrevivência do sistema capitalista e a inexistência do socialismo real. Contudo, a nossa pretensão é a de apresentar, de forma mais fiel possível, o que postulou Karl Marx.